

Economia do Mar como desígnio estratégico - perspectivas de Oliveira Martins e Gonçalves Pereira

Fernando António Pereira Pinto

A propósito da propalada Economia do Mar como desígnio estratégico nacional pretendo analisar, em tempos consecutivos, o contributo de dois autores de opinião formada e credível, J.P. Oliveira Martins (1845 -- 1894) e António Gonçalves Pereira (1901 – 1983). Reporto-me, no primeiro caso, a “Portugal nos Mares” (edição póstuma, de 1924) e, quanto ao segundo autor, ao livro “A Economia do Mar – Estudos de Geografia Económica” (Livraria Moraes, Lisboa, 1932).

Têm em comum terem-nos deixado obras relevantes como elaborações teóricas de questões relacionadas com a Economia do Mar.

O conceito de Economia do Mar corresponde a políticas e práticas integradas numa estratégia de rede de empresas especializadas, visando o aproveitamento das potencialidades do Mar, em ordem ao desenvolvimento sustentado.

A Economia do Mar, para sua maior eficácia, deve actuar em consonância com instituições científicas produtoras de conhecimento, beneficiando também do empenhamento político e respeitando a definição estrutural jurídica.

O discurso político de Oliveira Martins a favor da Economia do Mar constitui uma “elaboração teórica de questões relacionadas com a Economia do Mar”, talvez prematura e inconsequente mas convicta e empenhada.

O estudo do pensamento de Oliveira Martins é aliciante, pela fundamentação ideológica e combatividade política, mas aqui limito-me a focalizar a obra “Portugal nos Mares”, com conferências proferidas no final do século XIX.

No livro encontramos a característica visão estratégica de Oliveira Martins em relação ao desenvolvimento económico, doutrinando sobre a Economia do Mar.

Nas conferências merece relevância o “Comércio Marítimo Português”, incluindo as origens da marinha nacional e invocando apoios do passado. Oliveira Martins apontava políticas e pretendia transportá-las para a sua época, como soluções para a situação de crise. A liberdade de comércio marítimo e as pescarias nacionais mereceram o estudo do autor.

Gonçalves Pereira, doutorado pela Universidade de Toulouse e professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras na década de (19)30, escreveu sobretudo sobre Ciência, Economia, colónias e o mar. Alguns títulos são esclarecedores sobre as suas motivações e teorização: A Ocupação Científica do Ultramar (1935); A Economia Colonial de Portugal (1934); As Tendências da Administração Colonial (1931); Direito Comercial e Marítimo (s/data).

A “Economia do Mar”, de Gonçalves Pereira inclui um tratado de geografia económica geral, doutrina e a vida marítima portuguesa.

A compreensão da actividade marítima portuguesa no contexto da História e da Geografia levou Gonçalves Pereira a teorizar sobre a formação dos estados. Nesta área Gonçalves Pereira pode ser apontado como um teorizador da fase inicial do Estado Novo.

Os seus escritos sobre a pesca foram considerados como a “melhor e mais útil parte do livro”, incidindo a atenção em situações referentes ao bacalhau, sardinha, atum, cetáceos, algas, sal, conservas e regime legal.

O livro termina com um “plano de reorganização da economia marítima nacional”.

Ainda se estava longe dos tempos em que as universidades estudam os oceanos, as empresas detectam as oportunidades e os políticos procuram garantir a soberania das plataformas marítimas, mas em Oliveira Martins e em Gonçalves Pereira já havia preocupações teóricas e práticas com a Economia do Mar.